



CAMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2014.

(Do Deputado Mendonça Filho)

Requer sejam convidadas as Senhoras Wasmália Bivar, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Marcia Quintslr, ex-Diretora de Pesquisa do mesmo IBGE, e Denise Britz do Nascimento Silva, ex-Coordenadora-geral da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence), a fim de prestarem esclarecimentos sobre eventual interferência política no referido Instituto.

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Excelência, com base no art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, e no art. 24, inciso VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário, sejam convidadas a comparecer a esta Comissão as Senhoras Wasmália Bivar, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Marcia Quintslr, ex-Diretora de Pesquisa do mesmo IBGE, e Denise Britz do Nascimento Silva, ex-Coordenadora-geral da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence), a fim de prestarem esclarecimentos sobre eventual interferência política no referido Instituto.



CAMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

O passado recente nos mostra quão danosa pode ser a interferência política na gestão de órgãos e empresas do Estado. O caso da Petrobras, uma mistura de má gestão, loteamento político e corrupção, não deixa dúvidas com relação aos danos à imagem e também financeiros que acompanham esse tipo de interferência.

Mas essa questão não se limita à Petrobras. Nos últimos dias vemos que o governo atual também avança sobre os órgãos de pesquisa. O erro recentemente admitido pelo Ipea, em pesquisa de sua lavra, não pode ser dissociado do viés ideológico que tomou conta do Instituto, que vê sua reputação posta em risco, a despeito de seu excelente quadro técnico.

Por último, estarecidos observamos o que se passa no IBGE. Por conta de “alerta” feito pela Senadora Gleisi Hoffmann, que até pouco tempo atrás ocupava a pasta da Casa Civil, o IBGE resolveu promover mudanças na chamada Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua). Essa decisão do colegiado do órgão desencadeou uma crise administrativa, com pessoas chave de sua estrutura pedindo para se desligar dos respectivos cargos. Se não resolvida em breve tempo, essa crise prejudicará a coleta e divulgação de dados relacionados à inflação, emprego, crescimento, entre outros.

Não pode passar despercebido que a Pnad Contínua mostra uma situação do emprego pior do que tem sido indicada pela Pesquisa Mensal de Emprego - PME, que carrega metodologia antiga, menos abrangente. Com taxa de desemprego mais elevada, a Pnad Contínua, segundo alguns, estaria desagradando o governo atual, que prefere números mais “palatáveis” em ano eleitoral. A se confirmar essa versão, estaria configurada interferência política no IBGE digna de destruir a reputação do órgão, construída ao longo de várias décadas. Corre-se o risco, sim, de nos aproximarmos do



CAMARA DOS DEPUTADOS

que ocorre na Argentina, onde o equivalente ao IBGE sofre de descrédito total, a ponto de se tornar motivo de chacota.

Diante do acima exposto, tendo em conta a elevada reputação que ainda acompanha o IBGE e do risco que corremos no que se refere à tomada de decisões no campo econômico, julgamos fundamental ouvir a ainda Presidente do IBGE e as Senhoras que até recentemente ocupavam uma das diretorias do órgão e o cargo de coordenadora-geral. O intuito aqui é esclarecer eventuais interferências políticas num órgão que deve se pautar por critérios exclusivamente técnicos.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2014.

Mendonça Filho


Deputado Federal/PE